

DOPS AGORA É MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

Diante de ex-presos políticos, Governador fica em silêncio

Tatiane Klein

Estudante de Jornalismo (ECA-USP)

Anderson Barbosa



Reformado, prédio que abrigou polícia política tornou-se um espaço educativo

Do lado de dentro do prédio da Estação Pinacoteca, quatro celas são relíquia do passado repressor do Estado brasileiro. “Olavo Hansen morreu aqui”, está gravado no interior da cela 2. “Pegaram meu bebê para me ameaçar”, assina Rose Nogueira ao lado. Apesar de remeterem ao período da Ditadura militar, tais

inscrições são réplicas das originais. Foram feitas há menos de um ano, no processo de reconstituição das dependências do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, mais conhecido pelas siglas Deops e DOPS, e de construção do Memorial da Resistência, trazido a público em 24 de janeiro de 2009.

Nesse dia, o edifício que abriga o Memorial, originalmente construído como espaço para os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, recebeu de ex-presos políticos a jovens estudantes, passando pelas autoridades que inauguraram oficialmente o espaço. Pronunciaram-se, na aber-

tura, o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, nas figuras de Rafael Martinelli, seu presidente, e do jornalista Ivan Seixas; o coordenador da Pinacoteca do Estado, Marcelo Araújo; o secretário estadual da Cultura, João Sayad; e o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, representando o ministro Tarso Genro.

Aguardado por três horas desde a abertura do evento, às 11 horas, o governador José Serra não se manifestou no lançamento do Memorial. Apesar de ter sido cumprimentado por Martinelli, como “companheiro de perseguição política desde 1964”, o governador apenas visitou o espaço e sequer falou aos jornalistas que cobriam a inauguração. Questionado pela *Revista Adusp* sobre a possibilidade de transformação de outros locais, para fins de preservação da memória histórica, Serra novamente silenciou.

Sayad, porém, respondeu à reportagem, afirmando que existe interesse do governo na criação de outros memoriais. “Eu gostaria que o museu fosse mais dramático ainda, mas sempre será uma reconstrução, porque o original se perdeu — foi pintado, raspado e perdido”, reclamou ele na abertura do evento. A referência do Secretário da Cultura é a reforma que, em 2002, transformou a aparência original do Deops em um ambiente em que as celas “pareciam confortáveis salas de hotel”, nas palavras do secretário da Cultura.

A reprodução das celas tal como elas eram no período 1971-1982 só foi possível graças ao trabalho do



Interior de cela aberta à visitaçào

fotógrafo José Patrício, do jornal *O Estado de S. Paulo*, na reconstrução. “Ninguém sabia mais como era. As portas e as colunas foram as únicas coisas que se mantiveram originais”, ele explica. Durante todo o mês de outubro de 1998, quando Patrício trabalhava para o *Diário Popular* e enquanto o prédio do Deops ainda conservava sua forma original, o fotógrafo visitou várias vezes o local, registrando detalhes importantes para a reconstrução. “Muitos presos não lembravam mais [como era]. Diante das fotos a memória deles revivia”, aponta Patrício, lembrando que a existência de uma escada no final do corredor em que os presos tomavam sol foi confirmada por uma fotografia sua. A maquete exposta no principal saguão do Memorial também foi baseada nas imagens produzidas por ele.

Há dependências, contudo, que não foram reabertas. As salas de tortura, que ficavam nos andares

superiores, permanecem fechadas. Patrício explica que houve intenção de abrir essas salas, mas não havia material suficiente para reconstruir os espaços. Ele recorda especialmente a sala do famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury: “A sala dele tinha móveis rústicos, móveis pretos, uns sofás verde-e-amarelo. Ele era um cara que todo mundo temia muito. E no andar em que ele ficava, só mesmo os policiais podiam entrar. Eu cheguei a retratar e relatar tudo isso aí, em imagens: a sala dele, a caveira do Deops, muitos móveis, muitos objetos”.

Na última das celas reconstituídas, depoimentos sonoros de ex-presos políticos detalham o clima de solidariedade que se criou entre eles no interior do Deops. Um deles, o jornalista Alípio Freire, lembra no áudio o quase ritual de salvamento para os companheiros que voltavam da sala de tortura. Era preciso “fazer massagem; não dar água imediatamente”; depois de

um tempo, conta Freire, vinha o leite e a conversa com o companheiro. Entre os prisioneiros, a conversa era como uma celebração.

Um episódio marcante foi a noite do assassinato de Carlos Marighella. Segundo o relato de Freire, o delegado Raul Ferreira desceu as escadas carregando fotografias, uma bíblia, uma estola nas mãos. À frente da cela 2, o delegado, cujo apelido era “Pudim”, começou a cantar: “Olê, olá! Marighella se f. foi no jantar!”. Ofendidos, os presos não aceitaram a notícia da morte do veterano militante comunista, líder do grupo armado clandestino Ação Libertadora Nacional (ALN). “A gente não acreditou e ele mostrou as fotos do Marighella morto”, deslinda Freire. Rindo, o delegado seguiu pelos corredores do Deops exibindo as fotografias e cantando. Na contrapartida dessa tentativa de desmoralização, os presos cantaram a Internacional Comunista.

Em entrevista, Freire, que chegou ao Deops em 6 de julho de 1969, relembra outros aspectos da cotidiano: “Durante a semana, de segunda a sexta, nós subíamos para ser interrogados e torturados. Vários companheiros. Toda vez que alguém estava lá em cima, aqui em baixo tinha um silêncio sepulcral, porque a gente não sabia o que estava acontecendo com esse companheiro, não sabia se ele voltaria. Nesse período você não existia legalmente, não existia mandado judicial. Nesse período muitos companheiros desapareceram para sempre”.

Freire, que assessorou a reconstrução, destaca a importância da existência do Memorial: “O antigo



Alípio Freire revê o local

Deops, hoje Memorial da Resistência, nome absolutamente adequado, é apenas um importantíssimo passo, o projeto é maior do que está aí. Temos que ir em frente. Devemos nos apropriar de todos os espaços de memória deste país, não só de São Paulo. Porque foram muitos centros de tortura e eles vão demolindo. Demoliram o quartel onde funcionava a Oban e o Presídio Tiradentes”.

Sérgio Gomes, jornalista que ficou preso no Deops em 1975, reclama da inexistência de um memorial não só para lembrar as agruras do regime, mas também das idéias políticas que pautavam a ação dos grupos e indivíduos perseguidos durante a Ditadura. Segundo ele, faltam iniciativas da parte dos próprios militantes do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça para que os projetos políticos dos prisioneiros da época ganhem fôlego nos dias de hoje tal e qual as histórias de repressão.

O projeto do Memorial começou a ser implantado em maio de 2008 e foca desde as ações educativas e culturais até a disseminação de estudos e pesquisas científicas sobre o Deops. Ele abriga também um Centro de Referência Bibliográfica e de Bens Patrimoniais que expõe objetos retirados de inquéritos, bem como reproduções de fichas de presos políticos que constam dos registros do Deops e hoje estão em posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O trabalho de pesquisa fica por conta do Proin, um projeto que integra a Universidade de São Paulo e o Arquivo Público do Estado, que existe há 12 anos e hoje já permite a consulta parcial de fichas do Deops pela internet. O projeto do Memorial da Resistência é de autoria das professoras Maria Cristina Oliveira Bruno, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e Maria Luiza Tucci Carneiro, do Departamento de História da FFLCH-USP.